

# **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE LEI Nº 1922, DE 2003.**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

Institui normas gerais de segurança contra incêndios e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

### **TÍTULO I Das Disposições Iniciais**

Art. 1º Ficam instituídas normas gerais de segurança contra incêndios.

Art. 2º As normas gerais de segurança contra incêndios objetivam disciplinar o processo de garantia da segurança contra incêndios, tanto edificações como área de risco, estabelecendo padrões de qualidade e segurança dos diversos sistemas que tenham por finalidade prevenir, combater e extinguir incêndios.

### **TÍTULO II Da Segurança Contra Incêndios**

#### **CAPÍTULO I Das Disposições Gerais Sobre Segurança Contra Incêndios**

Art. 3º É obrigatório garantir a segurança contra incêndios das áreas de risco em todo o território nacional, visando a proteção à vida, meio ambiente e patrimônio.

Art. 4º Para efeitos de aplicação desta lei é obrigatório dotar toda e qualquer edificação, exceto residenciais unifamiliares, construída no país de sistemas prediais de segurança contra incêndios.

§ 1º Caberão aos governos Estaduais e do Distrito Federal legislarem ou regulamentarem, complementarmente, sobre a presente lei, dispondo sobre as ações necessárias para garantir o cumprimento desta lei, estabelecendo os requisitos mínimos e os critérios aceitáveis para dotar qualquer área de risco de condições mínimas de segurança contra incêndios.

Art. 5º As pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua responsabilidade a posse, a guarda e a segurança de áreas de proteção ambiental e vegetação no país ficam obrigadas a prover os meios necessários para garantir a segurança contra incêndios destas áreas de risco.

*Parágrafo único.* As áreas de proteção ambiental devem ser consideradas áreas críticas permanente e de vigilância ininterrupta dos organismos federais, estaduais e municipais de proteção ambiental, dentro de suas respectivas esferas de competência.

Art. 6º A pesquisa e a investigação de incêndios ficam a cargo dos organismos estaduais competentes, estabelecidos por leis específicas.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Conceito**

Art. 7º Para efeitos desta lei define-se:

I – agente extintor é todo composto químico capaz de intervir na cadeia de combustão, quebrando-a, impedindo que o fogo gerado por incêndios possa crescer e se propagar, controlando-o ou extinguindo-o;

II - agente fiscalizador é o integrante do organismo fiscalizador, identificado e credenciado junto ao mesmo, imbuído da função de vistoriar áreas de risco, bem como desenvolver atividades de competência do órgão responsável pela fiscalização de segurança contra incêndios nos âmbitos federal, estadual e municipal;

III - ameaça é o risco imediato de ocorrência de incêndios;

IV - área crítica é aquela onde ocorrem incêndios ou onde há certeza ou grande possibilidade de sua reincidência;

V - área de risco é aquela onde existe a possibilidade de ocorrência de incêndios;

VI – atividades de segurança contra incêndios são aquelas que são desenvolvidas para a garantia da incolumidade de ecossistemas, pessoas e bens contra incêndios, prevenindo-os ou mitigando ação danosa dos mesmos sobre as áreas de risco atingidas por seus efeitos.

VII – calor é a forma de energia em trânsito que flui de um sistema para outro em virtude de uma diferença de temperatura, e que se manifesta durante uma mudança de estado termodinâmico.

VIII – combate é o conjunto de atividades de proteção contra incêndios que visam controlar o avanço da extensão dos danos causados por seus efeitos diretos e indiretos.

IX – consulta prévia é o procedimento preliminar de análise dos croquis, do anteprojeto de segurança contra incêndios e do memorial descritivo, por parte do analista de projetos do organismo fiscalizador, antes que seja dado prosseguimento na elaboração de cada uma das fases do projeto e da análise final do projeto de segurança contra incêndios.

X - critérios são as condições e os meios necessários para que se garantam que os requisitos estabelecidos em projeto sejam cumpridos e o sistema de segurança contra incêndios funcione conforme projetado.

XI - dano é a perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, resultante da falta de controle sobre um risco.

XII – edificação é o sistema construtivo destinado a abrigar qualquer atividade humana, materiais ou equipamentos; mesmo que edifício ou prédio.

XIII - emergência é toda situação crítica que se configura em casos de desastres, decorrentes de acontecimentos perigosos ou fortuitos.

XIV – explosão é o tipo de combustão que, pela sua velocidade de propagação, gera ondas mecânicas de choque, causando destruição tanto pelos efeitos danosos da combustão quanto por efeitos físicos decorrentes do deslocamento violento de grandes massas de ar.

XV – extinção é o conjunto de ações que visam interromper a cadeia de combustão geradora do incêndio, apagando-o por completo, não permitindo que hajam condições favoráveis para a reignição.

XVI – fogo é um dos produtos da reação de combustão, composto pelo conjunto de ondas magnéticas de todos os comprimentos de onda do espectro luminoso, com predominância de liberação de grandes quantidades de energia eletromagnética na faixa do infravermelho, o calor, e nas faixas do espectro visível, as chamas.

XVII – incêndio é a queima de combustíveis que não são previamente destinados para alimentarem uma cadeia de combustão, com potencial de causar danos às pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente.

XVIII – ocupação é a extensão de área edificada numa determinada projeção ou terreno.

XIX – prevenção é o conjunto de atividades que visam evitar a ocorrência de condições inseguras que proporcionem um aumento da probabilidade de ocorrência de princípios de incêndio.

XX – proteção é o conjunto de atividades que visam conter o crescimento do incêndio depois de deflagrado, visando restringir a extensão dos danos por ele causados.

XXI - proteção passiva é o conjunto de medidas que visam evitar o alastramento do incêndio para além do compartimento do edifício onde se originou.

XXII – proteção integral é o conjunto de sistemas instalados na área de risco, responsável pela vigilância, alarme, sinalização de emergência e também pelo primeiro combate ao incêndio.

XXIII – proteção ativa é o conjunto de sistemas que objetivam combater o incêndio já deflagrado e em franca fase de propagação; são representados pelas equipes de combate a incêndio e pelos meios, tanto móveis quanto fixos, necessários e existentes para a realização do segundo combate ao incêndio;

XXIV – proteção financeira é o conjunto de medidas econômicas e financeiras destinadas a financiar o risco de incêndio, cobrindo fiduciariamente os danos causados por incêndios, caso ocorram, promovido pelas companhias seguradoras e pelos proprietários das áreas de risco;

XXV - requisitos são as exigências mínimas de funcionamento requeridas dos sistemas de segurança contra incêndios, de modo a garantir condições mínimas de segurança e estabilidade funcional para o desenvolvimento, com sucesso, dos procedimentos de prevenção, combate e extinção.

XXVI - risco é a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos;

XXVII - segurança é o estado de confiança individual ou coletivo, baseado no conhecimento e no emprego de normas de proteção e na convicção de que riscos de desastres foram reduzidos, em virtude da adoção de medidas minimizadoras; a segurança é dividida em dois grupos, a prevenção e a proteção;

XXVIII – sistema predial de segurança contra incêndios é o conjunto de ações humanas, equipamentos, sistemas construtivos, máquinas, insumos e processos que visam prevenir incêndios, ou na ocorrência destes, impedir suas ações.

XXIX – tipo da edificação é a classificação destinada a distinguir os edifícios quanto aos seus aspectos construtivos.

XXX - uso da edificação é a classificação destinada a distinguir os edifícios quanto aos seus aspectos funcionais, de acordo com a destinação e a atividade predominante neles desenvolvidos.

XXXI – vistoria é a diligência efetuada por pessoal credenciado junto ao organismo fiscalizador, com a finalidade de avaliar as condições funcionais do sistema de segurança contra incêndios de uma determinada área de risco.

XXXII - vulnerabilidade é a probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre, estabelecida a partir de estudos técnicos.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das Medidas de Segurança Contra Incêndios**

Art. 8º A segurança contra incêndios deve ser garantida às pessoas e às áreas de risco, em quaisquer circunstâncias.

Art. 9º A segurança contra incêndios deverá ser alcançada por intermédio das seguintes medidas:

- I – de prevenção de incêndios;
- II – de proteção passiva;
- III – de proteção ativa;

IV – de pesquisa de incêndios.

§ 1º Para que se garanta as condições mínimas de segurança contra incêndios das áreas de risco, deve-se atingir os objetivos descritos no artigo 10.

§ 2º Os tipos, as aplicações, os requisitos básicos e critérios aceitáveis de desempenho dos sistemas de segurança contra incêndios para cada medida apresentada neste artigo deverão ser feitos conforme determina o artigo 4º desta lei.

## **CAPÍTULO IV**

### **Dos Requisitos de Segurança Contra Incêndios**

Art. 10. Os Estados deverão regulamentar os requisitos de segurança contra incêndio por meio de legislação específica, objetivando:

I - proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio;

II - dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

III - proporcionar meios de controle e extinção do incêndio; e

IV - dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros.";

## **CAPÍTULO V**

### **Das Estatísticas de Incêndios**

Art. 11. A União, os Estados e os Municípios deverão estruturar, organizar e manter sistemas de estatística de incêndios.

§ 1º O sistema federal, os estaduais e os municipais de estatística de incêndios devem estar padronizados e integrados entre si e disponíveis para análise e avaliação públicas.

§ 2º Os sistemas de estatística de incêndios têm por objetivo prover informações sobre incêndios para os organismos públicos e privados de segurança contra incêndios, de modo a subsidiarem pesquisas, trabalhos de projeto de segurança contra incêndios baseados em critérios de desempenho, entre outros, de modo a reduzir a ocorrência.

§ 3º A União, os Estados e Municípios, por meio dos Corpos de Bombeiros, deverão organizar e manter bancos de dados sobre incêndios.

§ 4º O banco de dados de incêndio a ser desenvolvido deve estar em conformidade com a estrutura da Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR.

Art. 12. Um banco de dados sobre incêndios deve ser dividido nos seguintes grupos de dados:

I – dados de pré-incêndio;

II – dados do incêndio;

III – dados de pós-incêndio;

IV – dados laboratoriais.

§ 1º Os dados de pré-incêndio se constituem de dados relativos:

I - às características das áreas de risco ao longo de todo o seu tempo de vida, que influem diretamente nos seus respectivos desempenhos globais e de seus elementos constituintes;

II - aos sistemas de segurança contra incêndios instalados nas áreas de risco, bem como das suas condições de uso e manutenção durante a vida útil dos mesmos.

§ 2º Os dados do incêndio se constituem de informações relativas ao incêndio propriamente dito, nas suas fases de desenvolvimento, registrando suas consequências imediatas e a efetividade das medidas necessárias para a mitigação dos danos por ele ocasionados.

§ 3º Os dados de pós-incêndio se constituem de informações derivadas do produto das análises aprofundadas sobre as perdas causadas por incêndio, seja através de valores monetários das perdas diretas e indiretas, tanto de ordem material quanto humana, seja por dados tanto relativos quanto absolutos das causas e conseqüências dos incêndios sobre as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente.

§ 4º Os dados laboratoriais se constituem de informações sobre simulações de situações de incêndio em laboratórios especializados, de modo a auxiliar no conhecimento do comportamento de seres vivos, materiais e sistemas diversos perante os incêndios, fornecendo subsídios para os estudos aplicados de engenharia de segurança contra incêndios.

Art. 13. A estrutura básica do banco de dados de incêndio, o tipo e a natureza das informações a serem colhidas e os métodos de tratamento e divulgação devem ser prescritos pelas regulamentações desta lei e complementada por padronização técnica pertinente.

### **TÍTULO III**

#### **Da Engenharia de Segurança Contra Incêndios**

##### **CAPÍTULO I**

##### **Dos Projetos**

Art. 14. Níveis aceitáveis de segurança contra incêndios para as áreas de risco são obtidos por meio de trabalhos de engenharia voltados a garantir o cumprimento dos requisitos básicos estabelecidos por esta lei.

Art. 15. O responsável pela execução dos trabalhos de engenharia de segurança contra incêndios é o Gerente de Riscos, especialista em segurança contra incêndios.

Art. 16. O projeto deverá ser elaborado com base na legislação federal e estadual que regulamentará a presente lei.

Art. 17. Os projetos de segurança contra incêndios, antes da execução, devem ser apresentados ao Corpo de Bombeiros para análise e avaliação final, para conseqüente aprovação, caso estejam de inteira conformidade com a legislação e normas técnicas em vigor.

Art. 18. Após a execução de todas as fases do projeto de segurança contra incêndios o Corpo de Bombeiros deverá fazer uma vistoria na área de risco onde os sistemas de segurança contra incêndios foram construídos ou instalados, comparando as informações contidas no projeto executivo definitivo com a vistoria.

##### **CAPÍTULO II**

##### **Dos Procedimentos de Instalação e Conservação dos Sistemas de Segurança Contra Incêndios**

Art. 19. Os procedimentos de instalação são aqueles executados de acordo com o disposto em projeto, de modo a dotar a área de risco de sistemas de segurança contra incêndio.

Art. 20. Os procedimentos de conservação são aqueles executados de acordo com o disposto em projeto, de modo a garantir a operacionalidade dos sistemas de segurança contra incêndios.

Art. 21. A instalação dos sistemas de segurança contra incêndios deverá ser feita por pessoas físicas ou jurídicas habilitadas e credenciadas junto aos organismos fiscalizadores competentes.

Art. 22. A manutenção e conservação dos sistemas de segurança contra incêndios são de responsabilidade do proprietário ou do usuário.

*Parágrafo único.* As empresas prestadoras de serviços de manutenção e conservação de sistemas de segurança contra incêndios devem ser habilitadas e credenciadas por organismos competentes, conforme:

- I – a natureza do serviço executado;
- II - a área de abrangência da atuação da empresa credenciada;
- III – a área de atuação ou extensão do mercado do contratante;
- IV – o nível de risco existente na área de trabalho;
- V – o tipo de produtos perigosos manipulados ou a que está exposto o executante do serviço da empresa credenciada.

Art. 23. O serviço de manutenção e conservação será realizado de acordo com o estabelecido em padronização técnica específica para cada tipo de sistema de segurança contra incêndios.

## **TÍTULO IV**

### **Da Organização Institucional da Segurança Contra Incêndios**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposição Geral**

Art. 24. A organização institucional da segurança contra incêndios no país deve ser feita por intermédio de um Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios.

Art. 25. O Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios deve ser dividido em sistemas e em grupos distintos nos níveis federal, estaduais e municipais.

Art. 26. Os sistemas de segurança contra incêndios serão prescritos e definidos por legislações específicas nos níveis federal, estaduais e municipais, que disporão sobre estrutura, composição, organização, funcionamento e outros assuntos atinentes.

*Parágrafo único.* A estrutura, composição, organização e o funcionamento dos sistemas de segurança contra incêndios deverão ser elaboradas de conformidade com esta lei e com as políticas nacionais de defesa civil e de segurança contra incêndios.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios**

Art. 27. O Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios é aquele responsável pela gestão, coordenação, fiscalização e padronização das atividades de gerenciamento de riscos de incêndios em âmbito nacional.

Art. 28. O Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios deve trabalhar integradamente com o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 29. Caberá ao Poder Executivo Federal estabelecer o órgão gestor do Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios.

#### **CAPÍTULO III**

##### **Dos Sistemas Estaduais de Segurança Contra Incêndios**

Art. 30. As atividades dos sistemas estaduais de segurança contra incêndios são compreendidas pelo conjunto de ações de gestão, coordenação, fiscalização, controle e padronização das atividades relacionadas com a segurança contra incêndios no âmbito dos seus respectivos territórios.

*Parágrafo único.* O sistema de segurança contra incêndios do Distrito Federal terá as mesmas atribuições e competências dos sistemas estaduais de segurança contra incêndios.

Art. 31. Os corpos de bombeiros estaduais e do Distrito Federal são os órgãos gestores de segurança contra incêndios dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.

*Parágrafo único.* Caberá aos corpos de bombeiros estaduais e do Distrito Federal, os trabalhos de gestão, fiscalização, coordenação e execução de atividades de segurança contra incêndios nos limites de seus territórios.

Art. 32 A taxa de incêndio arrecadada pelas Prefeituras Municipais deverá ser destinada integralmente aos serviços de prevenção e combate a incêndios, executados pelos órgãos estaduais, mediante convênio previamente estabelecido, com os órgãos municipais.

## **CAPÍTULO IV**

### **Dos Sistemas Municipais De Segurança Contra Incêndios**

Art. 33. As atividades dos sistemas municipais de segurança contra incêndios são compreendidas pelo conjunto de ações de gestão, coordenação, fiscalização, controle e padronização das atividades relacionadas com a segurança contra incêndios no âmbito dos seus respectivos territórios, respeitadas a doutrina, formação, coordenação e credenciamento dos Corpos de Bombeiros estaduais.

Art. 34. Os sistemas municipais de segurança contra incêndios são gerenciados pelas unidades de bombeiros instaladas nos seus respectivos territórios.

*Parágrafo único.* Cabe aos sistemas municipais de segurança contra incêndios as atribuições prescritas em legislação específica.

## **TÍTULO V**

### **Das Disposições Sobre Regulamentação, Padronização Técnica e Fiscalização**

## **CAPÍTULO I**

### **Da Regulamentação**

Art. 35. Caberá aos poderes executivos federal, estaduais e municipais a regulamentação desta lei e de toda a legislação pertinente, nos âmbitos de suas respectivas competências.

Art. 36. Na falta de regulamentação da legislação de segurança contra incêndios, caberá aos órgãos gestores dos sistemas de segurança contra incêndios deliberarem mediante procedimentos administrativos internos até que a devida regulamentação seja feita.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Padronização Técnica**

Art. 37. A padronização técnica consiste no instrumento de detalhamento dos procedimentos técnicos específicos de um determinado sistema ou processo de segurança contra incêndios, conforme padrões de qualidade mínimos exigidos para a garantia da segurança contra incêndios das áreas de risco.

Art. 38. Toda padronização técnica homologada terá força de lei, desde que publicada em Diário Oficial, nos âmbitos de sua vigência.

*Parágrafo único.* O processo de elaboração e homologação das normas técnicas deverão ser prescritas nas regulamentações desta lei, nos seus diversos níveis.

Art. 39. Quando a padronização técnica existente for omissa quanto ao requisito específico, poderão ser adotados, como referência, padrões técnicos estabelecidos por organismos normativos nacionais, desde que referendados por organismo de referência do sistema de segurança contra incêndios do local.

Art. 40. Na falta de padrões técnicos nacionais que tratem sobre o tema omissos, poderá se fazer uso de normas internacionais com sistema semelhante, como referência

para a elaboração do projeto, desde que as mesmas sejam referendadas por organismo que seja referência do Sistema Nacional de Segurança Contra Incêndios.

Art. 41. Para a aplicação efetiva das medidas de segurança contra incêndios em projetos, a padronização técnica deve ser usada para a complementação do prescrito nesta lei.

Art. 42. A padronização técnica a ser elaborada deve ser organizada e disposta nos seguintes temas de grande importância:

- I - Engenharia de Segurança Contra Incêndios;
- II - Materiais e Equipamentos de Combate e Extinção de Incêndios;
- III - Sistemas de Segurança Contra Incêndios;
- IV - Técnicas e Táticas de Combate e Extinção de Incêndios;
- V - Proteção Ambiental Contra Incêndios.

*Parágrafo único.* Os corpos de bombeiros estaduais e do Distrito Federal, devem constituir comissões permanentes de estudo e padronização, uma para cada grande tema, de modo a se elaborar os padrões técnicos que se fizerem necessários.

### **CAPÍTULO III** **Da Fiscalização**

Art. 43. A fiscalização é o procedimento legal instituído para se verificar o cumprimento dos requisitos básicos de segurança contra incêndios numa determinada área de risco.

Art. 44. Para garantir o cumprimento do disposto nesta lei, os organismos fiscalizadores devem estruturar um sistema de fiscalização e controle, responsável por desenvolver trabalhos de vistoria técnica em qualquer área de risco existente nas suas respectivas áreas de jurisdição.

Art. 45. As vistorias técnicas podem ser feitas de duas formas:

- I – à pedido do responsável da área de risco;
- II – sem aviso prévio, à critério dos organismos fiscalizadores;

§ 1º A vistoria técnica tem primeiramente um caráter preventivo e informativo, devendo servir de orientação para a pessoa física ou jurídica infratora, notificando as falhas dos sistemas de segurança contra incêndios instalados nas áreas de risco sob suas respectivas responsabilidades.

§ 2º Caso a vistoria técnica preventiva e de orientação não tenha surtido efeitos, aplicar-se-á as sanções prescritas nesta lei.

§ 3º Os trabalhos de vistoria técnica devem ser realizados por agentes fiscalizadores habilitados e credenciados pelo organismo fiscalizador, que poderão, observadas as formalidades legais, examinar materiais e documentos relacionados com a segurança contra incêndios.

§ 4º O organismo fiscalizador estabelecerá a periodicidade de realização das vistorias técnicas para as diversas áreas de risco.

Art. 46. A notificação deve ser preenchida em formulário próprio, devendo ser entregue ao responsável pela área de risco vistoriada, para que as falhas identificadas e localizadas sejam oficialmente conhecidas.

§ 1º Os procedimentos legais de notificação, bem como o modelo da documentação necessária para a execução do serviço, devem ser prescritos na regulamentação desta lei.

§ 2º Deve constar na notificação prazo máximo para o cumprimento das exigências técnicas, reparando as falhas identificadas e localizadas pelo agente fiscalizador.

Art. 47. Depois de realizada a vistoria técnica, o agente fiscalizador deve documentar, na forma de relatório técnico, o estado do sistema de segurança contra incêndios da área de risco vistoriada e as exigências técnicas feitas, entregando-o para o organismo fiscalizador para a tomada de providências cabíveis.



Art. 48. Expirado o prazo para o cumprimento das exigências técnicas, o agente fiscalizador verificará se foram atendidas.

*Parágrafo único.* Quanto às exigências técnicas, caso não sejam atendidas, o organismo fiscalizador ficará obrigado a aplicar as penalidades correspondentes às falhas constatadas, encaminhando a documentação de enquadramento penal para a autoridade judicial competente.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Penalidades e suas Modalidades**

Art. 49. As penalidades devem ser aplicadas quando, após notificação, o responsável pela área de risco não tenha tomado as providências necessárias para o cumprimento das exigências técnicas constantes no documento de notificação nos prazos máximos previstos pelo agente fiscalizador.

Art. 50. São penalidades previstas para a sua aplicação:

- I – Multa;
- II – Apreensão;
- III – Embargo;
- IV – Interdição.

§ 1º A apreensão será aplicada para a retirada de circulação de materiais e equipamentos utilizados nos sistemas de segurança contra incêndios que forem comercializados de forma ilegal, quando a qualidade dos mesmos não estiverem de acordo com as especificações técnicas em vigor ou quando a procedência dos mesmos for duvidosa.

§ 2º O Embargo será aplicado nos casos de necessidade de paralisação de obras ou serviços que apresentarem níveis altos de risco de incêndio.

§ 3º A Interdição da área de risco será feita quando os níveis de risco de incêndio estiverem em patamares considerados inaceitáveis, ou quando uma exigência técnica feita por notificação anterior não tenha sido cumprida.

§ 4º Toda apreensão, embargo ou interdição deve ser precedida de multa, com valores estipulados na regulamentação desta lei.

§ 5º Após a aplicação da pena de apreensão, embargo ou interdição, deverá ser emitida nova notificação estipulando novos prazos para o cumprimento das exigências técnicas necessárias.

§ 6º Não sendo cumprida a nova notificação, o responsável pela área de risco deverá recolher os valores estipulados na regulamentação desta, em dobro.

Art. 51. Compete exclusivamente ao organismo fiscalizador a denúncia e o enquadramento do infrator, conforme esta legislação.

## **TÍTULO VI**

### **Prescrições Finais**

Art. 52. Os organismos gestores dos diversos sistemas de segurança contra incêndios prescritos nesta lei poderão adotar outras medidas que se fizerem necessárias para a garantia das condições mínimas de segurança contra incêndios das pessoas, do meio ambiente e do patrimônio, mediante padronização técnica.

Art. 53. Os casos omissos serão resolvidos pelo organismo fiscalizador competente, estabelecido na regulamentação desta lei.

§ 1º A rotina de análise e julgamento dos casos omissos devem ser prescritas na regulamentação.

§ 2º - A regulamentação desta lei em nível federal disporá sobre quais serão as instâncias administrativas a que podem recorrer as partes litigantes.

Art. 54. Esta lei deverá ser regulamentada num prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O projeto em tela visa instituir normas gerais de segurança contra incêndios, porém ao analisar o presente é de se verificar que alguns dispositivos estão conflitando com normas legais superiores vigentes em nosso país, como o conflito de ordem constitucional do disposto no § 1º do Art. 4º que conflita com o Art 144, inciso V, § 5º, da Carta Magna quando se refere aos "municípios legislares ou regulamentarem complementarmente, sobre a presente lei", pois o poder constituinte originário não facultou aos municípios o poder de legislar sobre defesa civil.

Outro flagrante de inconstitucionalidade verifica-se nos arts. 34 à 39, pois conflitam com o Art. 144, inciso V, §§ 5º e 6º do maior Diploma Legal do Brasil, a Constituição da República, pois, o Serviço de Segurança Contra Incêndio é de competência dos Corpos de Bombeiros que se subordinam aos Governadores dos Estados, Distrito Federal e territórios, gerando o conflito com a gerência de um sistema federal. Para corrigir escancarado erro constitucional a sugestão é que o sistema nacional se restrinja a doutrina de serviços e integração de dados.

Ainda analisando o projeto em tela, desta vez observando seu mérito, notamos uma nova definição de conceitos exarados em seu Capítulo II, sendo que estes conceitos devem ser referenciados em normas já existentes como por exemplo a NBR 13.860/97.

Em seu Art. 47 devemos suprimi-lo, tendo em vista que já existe o órgão de excelência de certificação e padronização nacional que vem a ser o INMETRO.

O Art. 52 é despiciente à medida que já existe a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

No Capítulo III – Da Fiscalização, há problema sério de implantação devido à estrutura atual de organização dos Corpos de Bombeiros Militares dos entes federados.

Diante das razões acima esposadas nos vemos na obrigação de apresentar o ora substitutivo para constitucionalizar projeto de lei em epígrafe e melhor adequá-lo em relação à realidade do nosso país.

Sala da comissão, em

**Deputado Federal**  
**ALBERTO FRAGA**  
**PTB/DF**